

Procuração

Outorgante(s): **NOME**, brasileiro(a), oficial de justiça, inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____
- ES, CEP: 29._____-_____, E-mail: _____@_____,
telefone: _____

Outorgados: Nomeia(m) e constitui(em) como bastante procurador para defender seus direitos fundamentais e interesses jurídicos a advogada Amabile Biancardi Augusto Fernandes, brasileira, advogada, solteira, OAB/ES: 19.166, Email: amabilebiancardi@gmail.com, Telefone: 027 99902-9625, pertencentes ao Escritório Amabile Biancardi Augusto Fernandes Sociedade Individual, inscrita na OAB/ES sob nº 15.210910-1218, e CNPJ/MF sob nº 22.994.889/0001-02, situada na Avenida América, nº 411, Soteco, Vila Velha - ES, CEP: 20.106-094, recebendo a comunicação de quaisquer atos processuais.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora a outorgado, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula ad juditia et extra, para o foro em geral, especialmente para propor **AÇÃO DE COBRANÇA em face do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO para pagamento da Promoção de 2016, especialmente no período entre Julho de 2016 a novembro de 2016** podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Vitória, 14 de maio de 2021.

Outorgante